

Rosa assume STF e alerta contra desafiar ordem judicial



Rosa Weber, nova presidente do Supremo, ao lado do ministro Luís Roberto Barroso. Pedro Ladeira/Folhapress

Nem se cogite descumprir ordem judicial, diz Rosa em recado velado a Bolsonaro

Ministra assume a presidência do Supremo Tribunal Federal, defende Estado de Direito e critica discurso de ódio em sua posse

José Marques e Marcelo Rocha

BRASÍLIA Em uma cerimônia sem a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ministra Rosa Weber foi empossada nesta segunda (12) como presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), para um mandato previsto até outubro de 2023. No primeiro discurso como presidente do STF, a ministra afirmou, sob aplausos, que não se pode cogitar o descumprimento de ordens judiciais — o que Bolsonaro já ameaçou fazer em seu embate com ministros da corte.

“De descumprimento de ordens judiciais sequer se cogite em um Estado democrático de Direito”, disse Rosa.

A ministra afirmou que, “em tempos particularmente difíceis da vida institucional do país, tempos verdadeiramente perturbadores, de maniqueísmos indesejáveis”, a corte “tem sido alvo de ataques injustos e reiterados sob a pecha de um mal compreendido ativismo judicial por parte de quem desconhece o texto constitucional”.

Rosa defendeu o Estado de Direito, a laicidade e a rejeição ao discurso de ódio. Afirmou ter a certeza que “sem um Poder Judiciário independente e forte, sem juízes independentes e sem imprensa livre não há democracia”.

A ministra fez a defesa do sistema eleitoral e, ao mencionar o ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o público também aplaudiu.

Antes dela, a ministra Cármen Lúcia também fez críticas, sem menção direta, aos ataques de Bolsonaro a Justiça e às instituições.

Rosa, de perfil discreto e avessa a holofotes, pretende que os primeiros meses da sua gestão não fiquem marcados por polêmicas que atraiam a corte ao centro das atenções. Ela comandará um tribunal que está sob constante ataque de Bolsonaro e de seus aliados durante o período eleitoral. Por isso, até o fim de novem-

bro, pretende que não sejam julgados em plenário temas que possam fazer o STF virar protagonista no noticiário.

Rosa é a terceira mulher a assumir a presidência do STF e a primeira magistrada de carreira, originária da Justiça do Trabalho. As anteriores, Ellen Gracie e Cármen Lúcia, vieram respectivamente do Ministério Público e da advocacia pública. Apesar de sua discreção, ela tem sinalizado que eventuais ataques à corte ou ao Judiciário serão respondidos com firmeza. Também tem dado amostras de que não pretende afrouxar as investigações que envolvem o presidente. Sua gestão no Supremo, onde a presidência costuma durar dois anos, será mais curta do que a de seus últimos antecessores. Isso porque Rosa Weber completa 75 anos em outubro do ano que vem e terá que se aposentar da carreira de magistrada.

A cerimônia da posse foi adiada em uma semana para não coincidir com os atos de 7 de Setembro deste ano, quando a militância bolsonarista foi insuflada pelo presidente para atacar o tribunal.

Mesmo com o adiamento, aconteceu sob um forte esquema de segurança, com diversas áreas do Supremo com acesso restrito. Para o evento foram chamados os principais nomes dos Três Poderes, e houve 1.200 pessoas convidadas, das quais 350 puderam entrar plenário do Supremo.

A lista incluiu o atual e os ex-presidentes da República, os chefes do Legislativo, os candidatos ao Palácio do Planalto, os chefes e os integrantes dos tribunais superiores, além de parlamentares.

Para marcar a impessoalidade da posse, ela deixou claro que os convidados foram chamados pelo cerimonial.

Porém, além de Bolsonaro, o Lula não esteve presente no evento. Rosa foi indicada ao Supremo em 2011 pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que também não compareceu à posse da ministra como presidente da corte.

Compareceram ao evento os presidentes da Câmara

ROSA CONTRARIA PGR E MANTÉM APURAÇÕES DA CPI DA COVID SOBRE BOLSONARO

Pouco antes de ser empossada na presidência do STF, a ministra Rosa Weber determinou que a Polícia Federal mantenha apurações preliminares da CPI da Covid sobre a conduta de Jair Bolsonaro (PL). Com a decisão, ela contraria os pedidos da PGR (Procuradoria-Geral da República) para que as investigações sejam arquivadas. A ministra deu as ordens em três ações nas quais a CPI solicitou que Bolsonaro fosse indiciado sob suspeita da prática dos crimes de charlatanismo, emprego irregular de verbas públicas e de prevaricação. Na ação de emprego irregular de verbas públicas, também é investigado o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Já na de prevaricação, além de Pazuello, a apuração envolve o ex-secretário executivo da pasta Elói Franco e o atual ministro, Marcelo Queiroga.

dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ex-presidente José Sarney (MDB), além de ministros do Executivo e das cortes superiores.

Antes da ministra, discursaram o procurador-geral da República, Augusto Aras, o presidente da OAB, Beto Simonetti, e a ministra do Supremo Cármen Lúcia, que fez um discurso com uma série de indiretas para Jair Bolsonaro.

Afirmou que Rosa “não assume o cargo em momento histórico de tranquilidade social e de calma”, mas “bem diferente disso, os tempos são de desassossego no mundo e não diferente disso no Brasil”.

“Por isso tanto mais é necessária a pessoa com as extraordinárias qualidades de vossa excelência, de decência, de prudência e de solidez de posições combinada com especial gentileza de trato”, afirmou Cármen.

“O momento cobra decoro e a República demanda compostura. Tudo o que vossa excelência tem para servir de exemplo em tempos de desvalores muitas vezes incompreensíveis”, disse.

“Não se promove a democracia com comportamentos desmoralizantes de pessoas e instituições. A construção dos espaços de liberdades não se compadece com desregramentos nem com excessos”, acrescentou Cármen.

Augusto Aras destacou que “é gratificante saber que tivemos um 7 de Setembro pacífico e ordeiro, sem violência, é gratificante saber que estamos trabalhando para que tenhamos um certame eleitoral em clima de paz e harmonia, sem violência”.

Baiano, ele citou, ainda, um trecho do Hino da Bahia que diz que “nunca mais o despotismo regerá nossas ações” e que “com tiranos não combinam os brasileiros corações”.

Em seu discurso, Simonetti afirmou “nesto ano eleitoral, nossa missão é ombro a ombro com a Justiça brasileira, defender o sistema de votação que há décadas permite eleições limpas com a prevalência da soberania popular”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Página:** 4